

SPE Integra S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242SQ-077-PB

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
SPE Integra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Integra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Integra S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

SPE Integra S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	15.343	7.466
Créditos a receber	5	4.678	-
Estoques	7	1.233	-
Tributos a recuperar		414	9
Despesas antecipadas		462	401
Total do ativo circulante		<u>22.129</u>	<u>7.875</u>
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	10	2.808	121
Outros créditos de longo prazo		15	-
Ativo financeiro da concessão	8	57.541	1.950
		60.364	2.071
Imobilizado	9	130	26
Intangível	9	16	16
		146	42
Total do ativo não circulante		<u>60.510</u>	<u>2.112</u>
Total do ativo		<u>82.639</u>	<u>9.988</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Integra S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	5	5.978	262
Encargos sociais		540	-
Impostos, taxas e contribuições		263	10
Provisões		174	-
Total do passivo circulante		<u>6.955</u>	<u>272</u>
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	10	6.473	219
Empréstimos e financiamentos	11	55.258	-
Total do passivo não circulante		<u>61.731</u>	<u>219</u>
Patrimônio líquido	12		
Capital social		9.296	9.296
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.708	-
Reserva de lucros		2.949	201
Total do patrimônio líquido		<u>13.953</u>	<u>9.497</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>82.639</u>	<u>9.988</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Integra S.A.

Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas líquidas	13	49.337	1.730
Custos de construção	14	<u>(42.301)</u>	<u>(1.560)</u>
Lucro bruto		7.036	170
Despesas			
Gerais e administrativas		-	(1)
Lucro operacional		<u>7.036</u>	<u>169</u>
Resultado financeiro	15	(4.287)	41
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.749</u>	<u>210</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(9)
Lucro líquido do exercício/período		<u><u>2.749</u></u>	<u><u>201</u></u>
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)		0,30	0,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Integra S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício/período	2.749	201
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>2.749</u>	<u>201</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Integra S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022 o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial	Reserva de realização de investimento		
Constituição da companhia em 26/08/2022								
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	201	201
Transações com acionistas:								
Integralização de capital		9.296	-					9.296
Constituição de reservas				10	48	143	(201)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		9.296	-	10	48	143	-	9.497
Lucro líquido do exercício							2.749	2.749
Transações com acionistas:								
AFAC	12		1.707					1.707
Constituição de reservas				137	653	1.958	(2.749)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.296	1.707	147	701	2.101	-	13.953

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Integra S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício/período antes do imposto de renda e contribuição social	2.749	210
Ajustes		
Atualização do ativo financeiro	(1.711)	(17)
Tributos sobre atualização do ativo financeiro	192	2
Margem de construção	(734)	(155)
Depreciação	(14)	-
	<u>482</u>	<u>40</u>
Variação dos ativos e passivos		
Ativo financeiro da concessão	(53.339)	(1.780)
Estoque	(1.233)	
Despesas antecipadas	(61)	(401)
Tributos a recuperar	(2.688)	
Outros ativos	(5.099)	(130)
Fornecedores	5.716	263
Impostos taxas e contribuições	6.254	220
Outros passivos	968	-
	<u>(49.000)</u>	<u>(1.788)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(90)	(42)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(90)	(42)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital e AFAC	1.708	9.296
Empréstimos	55.258	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	56.966	9.296
	<u>7.876</u>	<u>7.466</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	7.466	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	<u>15.343</u>	<u>7.466</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 26 de agosto e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A SPE Integra S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 26 de agosto de 2022, tendo como objeto social a exploração da concessão administrativa para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à operação de Centros Educacionais Unificados (CEUs) a serem implementados no município de São Paulo.

Serão efetuadas obras de construção de 5 novas unidades CEUs, e a concessão terá um prazo de duração necessário ao cumprimento do objeto social, conforme estabelecido no Edital de concorrência nº EC/007/2022/SGM-SEDP

A Companhia é controlada diretamente pela EPO Participações Ltda.

Em 18 de maio de 2023, a Companhia obteve do Poder Concedente a ordem de início para fase de implantação de 4 (quatro) dos 5 (cinco) CEU's que fazem parte do seu objeto de contrato, tendo havido que as licenças para a execução das obras foram obtidas em ato contínuo à referida ordem de início, ainda em 2023. As obras desses 4 CEUs, sendo eles: CEU Cidade Líder, CEU Ermelino Matarazzo, CEU Imperador e CEU Cidade Ademar, iniciaram entre julho e outubro de 2023.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 08 de março de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Companhia iniciou suas atividades no ano de 2022, razão pela qual não existe informação comparativa referente ao exercício de 2021 das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 8 (Ativo financeiro da concessão) e 10 (Tributos diferidos)

2.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado

2.3.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado.

b) Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3.4. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4. Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com a Prefeitura de São Paulo (Nota Explicativa nº 1), reconhecido pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção e prestação de serviços de apoio à infraestrutura educacional.

2.5. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e são depreciados de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienação de bens, quando ocorrido, são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas (despesas) não operacionais” na demonstração de resultado.

Ativos intangíveis adquiridos são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação e amortização são efetuadas de acordo com a vida útil de cada bem ou direito.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.7. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita na medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

a) Receita de contratos de construção

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido de margem, que engloba a alíquota de 10,2% (2023) e 8,0 % (2022) somada a alíquota dos impostos incidentes sobre a receita, aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro da concessão.

b) Atualização do ativo financeiro da concessão

A receita de atualização do ativo financeiro representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato.

A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva de 1,015 % ao mês sobre o montante do principal.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada por Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros:

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas pela administração evidências objetivas de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações.

a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Mensurado ao custo amortizado	Notas	2023	2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	15.343	7.466
Adiantamentos a fornecedores		4.678	-
Ativo financeiro da concessão	8	57.541	1.950
Total		77.562	9.416
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores		5.978	262
Empréstimos e financiamentos	11	55.258	
Total		61.236	262

6. Caixa e equivalente de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	194	64
Aplicações financeiras (i)	15.149	7.402
Total	15.343	7.466

- (i) Desse montante, R\$ 1.814 referem-se a Certificados de Depósito Bancário, que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata, enquanto R\$ 13.334 referem-se a fundos de investimentos de baixo risco com base em renda fixa pós-fixada de liquidez imediata, com expectativa de remuneração acima do CDI.

7. Estoques

	2023	2022
Saldo anterior	-	-
Entradas de materiais	3.626	-
(-) Créditos de PIS e Cofins	(235)	-
(-) Baixas de materiais	(2.158)	-
Total	1.233	-

8. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de São Paulo, para implantação, manutenção e conservação dos Centros Educacionais Unificados ("CEUs").

	2023	2022
Receita de construção	55.812	1.932
Atualização do ativo financeiro	1.727	18
Total	57.541	1.950
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	57.541	1.950

9. Imobilizado e intangível

	2023	2022
Imobilizado		
Móveis, utensílios e instalações comerciais	84	-
Computadores e periféricos	60	42
(-) Depreciação moveis, utensílios	(4)	-
(-) Depreciação computadores e periféricos	(10)	-
Total	130	26
Intangível		
Softwares ou programas de computadores	16	-
Total	16	16

As taxas de depreciação/amortização aplicável:

- Móveis e utensílios – 10% a.a;
- Computadores e periféricos – 20% a.a; e
- Software – não aplicado amortização por não haver prazo para encerramento do direito de uso.

10. Tributos diferidos

	2023	2022
Tributos diferidos - tributos apurados sobre receita do Contrato de Concessão (ICPC 01)		
PIS	949	32
Cofins	4.373	148
Outros	1.151	39
Total	6.473	219
Tributos a recuperar – ativo não circulante		
PIS	501	22
Cofins	2.307	99
Total	2.808	121

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Garantias	2023	2022
		Cessão fiduciária de aporte público da PPP		
Notas comerciais escriturais	Banco BTG Pactual S/A		55.258	-
Total			55.258	-
Passivo circulante			-	-
Passivo não circulante			55.258	-

Em 27 de março de 2023, a companhia assinou o Termo Compromisso para Estruturação de Emissão Privada de Valores Mobiliários nº CMT37/22, junto ao Banco BTG Pactual S.A., referente à operação de crédito para captação de R\$ 220.000. Até o término deste exercício o montante de R\$ 55.258 foi captado para o caixa da Companhia.

A captação está destinada à realização das obras e infraestrutura do projeto, referente à implantação dos 5 Centros de Educacionais Unificados, que fazem parte do escopo da PPP mantida entre a Companhia e a Prefeitura de São Paulo. O financiamento possui vencimento final em março de 2026 (36 meses), e a remuneração é de 3,60% a.a. acrescidos de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI). Além disso, o Termo de Compromisso prevê pagamento de comissão equivalente à 1,7%, a ser desembolsada de forma mensal, incidente sobre o saldo do valor limite do compromisso que não tenha sido efetivamente desembolsado. O total das despesas financeiras pagas em 2023, decorrente da referida operação foi de R\$ 6.202:

	2023			2022		
	Saldo do empréstimo	Juros	Comissão e taxas	Saldo do empréstimo	Juros	Comissão e taxas
Banco BTG Pactual S/A	55.258	3.055	3.147	-	-	-

Em razão da contratação do crédito supracitado, a Companhia (tomadora) ofereceu como garantia a cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão outorgada no âmbito do Contrato de PPP mantido com a Prefeitura de São Paulo (Poder Concedente), incluindo os direitos creditórios referentes ao Aporte, equivalente à R\$ 289 milhões, oriundo do Contrato de PPP, exceto pela contraprestação mensal devida à Emissora pelo Poder Concedente no âmbito do Contrato de PPP.

As obrigações da Companhia constantes no Termo de Emissão de Notas Comerciais junto ao Banco BTG Pactual S.A possui cláusula que prevê a hipótese de vencimento antecipado no caso de descumprimento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias; pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; pedido de falência; protestos; fusão, cisão, incorporação, transformação, troca de controle ou alteração do objeto social sem anuência do financiador; se forem prestadas declarações ou informações falsas, imprecisas ou insuficientes; alienação de ativos, *cross-default* e *cross-acceleration* e outros. Todas as restrições são monitoradas exaustivamente pela Companhia a fim de evitar a execução de antecipação de vencimento do contrato.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 26 de agosto de 2022 foi constituída a Companhia por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, cujo capital social subscrito foi de 18.592.440 de ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, na seguinte forma:

Acionistas	2023		2022	
	Capital subscrito(R\$)	Participação (%)	Capital subscrito (R\$)	Participação (%)
EPO Participações Ltda.	18.406	99%	18.406	99%
GSA Gestão da Propriedade Imobiliária e Incorporação Ltda.	186	1%	186	1%
Total	18.592	100	18.592	100

No ano de 2022, a acionista EPO Participações Ltda. integralizou em moeda corrente local, o montante R\$ 9.296. Durante o ano de 2023 não houve outras integralizações.

	2023	2022
Capital subscrito	18.592	18.592
(-) Capital a integralizar	(9.296)	(9.296)
Capital social	9.296	9.296

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em 17 de outubro de 2023, a acionista EPO Participações Ltda repassou à Companhia um montante de R\$ 1.708, referente a despesas pré-operacionais do Contrato de Concessão, que neste ato foi convertido em AFAC.

Tais créditos decorrem do “Acordo de Reconhecimento de Despesas Pré-Operacionais para Conversão e Integralização Futura de Capital Social, firmado entre a Companhia e sua Controladora, e foram ratificados através do laudo de avaliação, emitido pela empresa especializada Audicont Auditores e Consultores, seguindo os devidos critérios contábeis.

Conforme destacado na Nota Explicativa nº 16 (Eventos Subsequentes), o AFAC registrado no balanço da companhia de 31 de dezembro de 2023 foi totalmente integralizado ao Capital Social da Companhia.

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas foram constituídas da seguinte forma:

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital.

ii) Reserva especial

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes à 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação fiscal em vigor.

A Administração da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 653 (2023) e R\$ 48 (2022), para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76.

iii) Reserva de realização de investimentos

A Administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva no montante de R\$ 1.958 (2023) e R\$ 143 (2022), através do excedente da destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro, após a constituição da reserva especial e reserva legal, em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

13. Receitas líquidas

	2023	2022
Operações continuadas		
Receita de construção da infraestrutura	53.880	1.932
Atualização do ativo financeiro	1.711	17
Impostos e contribuições sobre receitas	(6.254)	(219)
Receita líquida de serviços	49.337	1.730

14. Custos de construção

	2023	2022
Serviços de terceiros	21.096	986
Materiais aplicados	7.887	-
Gestão do projeto	6.046	420
Custos com pessoal	3.981	-
Outros	3.291	154
Total	42.301	1.560

15. Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1.963	-
Outras receitas financeiras	1	41
Juros sobre empréstimos	(3.166)	-
Despesas bancárias	(3.065)	-
Outras despesas financeiras	(20)	-
Total	(4.287)	41

16. Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2024, os acionistas realizaram a integralização da totalidade de suas participações societárias, em moeda corrente nacional e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, onde a EPO Participações Ltda. integralizou R\$ 9.110 e a GSA Gestão da Propriedade Imobiliária e Incorporação Ltda integralizou R\$ 186. Desta forma, a companhia apresenta nesta data, seu capital social totalmente subscrito e integralizado firmado em assembleia geral extraordinária.

* * *